

QUESTÕES DE ÉTICA E DEONTOLOGIA - SOLUCÕES

- 1) Devem designar um contabilista certificado para exercer as funções de diretor técnico por estabelecimento:

- | |
|--|
| a) Todas as entidades que possuam ou devam possuir contabilidade organizada. |
| b) Todas as sociedades de contabilidade e sociedades de profissionais de contabilistas certificados. |
| c) Todas as sociedades sujeitas com contabilidade organizada e a imposto sobre o rendimento (IRC). |
| d) Todas as sociedades de contabilidade cujo objeto social seja a prestação de serviços de contabilidade e não preencham as condições de inscrição como sociedades de profissionais de contabilistas certificados. ARTº 20º Nº 1 ECC |

- 2) Antes de assumir funções como CC de uma empresa este deverá:

- | |
|--|
| a) Garantir que o colega que o antecedeu encerrou as contas do último exercício e procedeu à entrega das declarações fiscais (IRC e IES). |
| b) Informar a Ordem da intenção de substituir o atual CC e só depois sumir funções. |
| c) Previamente à aceitação do serviço, solicitar ao anterior CC esclarecimentos sobre a existência de quantias em dívida, não devendo aceitar as funções enquanto não estiverem pagos os créditos a que aquele tenha direito, desde que líquidos e exigíveis. ARTº 16º Nº 2 CD |
| d) Nenhuma das anteriores. |

- 3) A responsabilidade do CC na Lei Geral Tributária verifica-se quando:

- | |
|---|
| a) O cliente não tiver pago uma coima em processo de contraordenação fiscal; |
| b) O pagamento do imposto não tiver sido efetuado pelo cliente, devendo o CC responder subsidiariamente pelas dívidas fiscais quando tenha violado culposamente deveres profissionais; ART 24 LGT |
| c) Tiver submetido uma declaração fiscal fora do prazo legal e não ter comunicado tal facto à AT; |

d) Nenhuma das anteriores.

- 4) O CC João Bibe foi notificado pelo tribunal para prestar declarações como testemunha no âmbito de um processo-crime fiscal instaurado a um antigo cliente. O que deve fazer?

a) Ignorar a notificação dado que é um ex-cliente;

b) Informar o tribunal de que não poderá comparecer porque está obrigado a sigilo profissional;

c) Informar o tribunal de que apenas poderá prestar esclarecimentos sobre matérias que não estejam sujeitas a sigilo profissional;

d) Prestar todos os esclarecimentos solicitados ao Tribunal independentemente de ser um ex-cliente.

- 5) Constitui forma de publicidade, nos termos do Estatuto da OCC:

a) Uma campanha publicitária desde que se limite a divulgar a atividade profissional de forma objetiva e verdadeira, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do sigilo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência. ARTº 71º

b) Uma campanha publicitária desde que se limite a divulgar a atividade profissional de forma objetiva e verdadeira, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do sigilo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência e depois de obtida autorização prévia do Conselho Diretivo da OCC.

c) Não poderá, em circunstância alguma, efetuar qualquer tipo de publicidade.

d) Poderá efetuar a campanha publicitária desde que se limite a divulgar a atividade profissional de forma objetiva e verdadeira, no rigoroso respeito dos deveres deontológicos, do sigilo profissional e das normas legais sobre publicidade e concorrência e exclusivamente na imprensa escrita.

- 6) Compete ao contabilista certificado nos termos do ECC intervir em representação dos clientes no âmbito de questões relacionadas com as suas competências específicas:

a) Só na fase graciosa do procedimento tributário;
b) Na fase graciosa e nas impugnações judiciais;
c) Nos recursos judiciais e na aplicações de coimas;
d) Na fase graciosa do procedimento tributário ou no processo tributário em matérias até 10.000€. ARTº 10º Nº 2 B) ECC

- 7) Após cessar funções de uma entidade o contabilista certificado:

a) Deixa de estar obrigado às regras estatutárias e deontológicas em vigor relativamente a essa entidade;
b) Compete à Ordem analisar casuisticamente se as regras deontológicas estão a ser cumpridas;
c) Mantém a obrigação do dever de sigilo profissional e cumprimento da confidencialidade, dele só podendo ser dispensado por ordem judicial ou do ex-cliente; ARTº 3 F) CD
d) Mantém a obrigação do cumprimento de todos os princípios deontológicos gerais previstos no Código Deontológico.

- 8) Uma sociedade de contabilidade deve:

a) Obrigatoriamente, em consequência do disposto no Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil profissional no valor de 500.000 euros.
b) Não está legalmente obrigada à celebração de qualquer seguro de responsabilidade civil profissional.
c) Poderá efetuar um seguro de responsabilidade civil profissional no valor de 500.000 euros, mas apenas está legalmente obrigada a que o capital seguro seja no mínimo, de 50.000 euros.
d) Nenhuma das anteriores.

9) Um CC não está na posse dos elementos que lhe permitam garantir a regularidade técnica, o que deve fazer?

- | |
|---|
| a) Ainda que relevante, deve encerrar o exercício e entregar as declarações fiscais e a IES. |
| b) Solicitar uma declaração de responsabilidade ao cliente. |
| c) Participar a situação à Autoridade Tributária para não incorrer em procedimento disciplinar. |
| d) Solicitar à Ordem o reconhecimento do motivo justificado para a recusa da assinatura das declarações fiscais do cliente. |

10) Maria rescindiu, no final do passado mês de dezembro de 2016, o contrato de prestação de serviços de contabilista certificada que tinha celebrado com a FFF, Lda., com o período fiscal coincidente com o ano civil. Poderia fazê-lo?

- | |
|---|
| a) Sim, o contrato de prestação de serviços é livremente revogável a todo o tempo. |
| b) Sim, mas a rescisão só é possível quando exista um motivo devidamente justificado e autorizado pela Ordem. ART 72 ECC |
| c) Sim, mas terá de assumir a responsabilidade pelo encerramento do período de 2015 e o envio das respetivas declarações fiscais. |
| d) Não, não o pode fazer no último trimestre de cada ano, devendo assumir o encerramento das contas e a entrega das declarações fiscais respetivas. |

Questões

(Indique a opção mais correta para cada questão)

1 - O não cumprimento do CDTOC:

- a) não implica procedimento disciplinar. *artº 18º CDTOC*
- ☒ b) implica procedimento disciplinar.
- c) só implica procedimento disciplinar em assuntos que também estão regulados pelo Estatuto.
- d) Todas as respostas estão erradas.

2 - A competência da execução das penas disciplinares pertence ao:

- ☒ a) conselho diretivo. *artº 41º e 60º EOTOC*
- b) bastonário.
- c) conselho superior.
- d) conselho disciplinar.

3 - O produto das multas reverte para a OTOC. Qual o prazo para pagamento das mesmas a contar da notificação da decisão condenatória?

- a) 8 dias.
- b) 15 dias.
- ☒ c) 30 dias. *artº 72º EOTOC*
- d) 45 dias.

4¹⁴⁰ - Ao TOC Perfeito Alves foi aplicada uma pena disciplinar. Descontente, quer reagir contra tal decisão punitiva. O que poderá fazer?

- a) Solicitar a revisão da decisão para o bastonário.
- b) Solicitar a revisão da decisão para o conselho superior.
- c) Solicitar a revisão da decisão para o conselho disciplinar.
- ☒ d) Impugnar, por via judicial, a decisão que aplicou a multa e/ou solicitar a revisão da decisão para o conselho disciplinar. *nº 3 artº 24º
artº 84º
EOTOC*

5¹⁴¹ – A pena disciplinar de multa aplicada pelo conselho disciplinar, após se tornar definitiva, prescreve no prazo de:

- a) 1 ano.
- ☒ b) 6 meses.
- c) 2 anos.
- d) Nenhuma das respostas anteriores está correta.

art. 71.º a) EOTOC

6 – O EOTOC não prevê que a aplicação das penas atenda a circunstâncias particulares.

- a) A afirmação é verdadeira.
- ☒ b) A afirmação é falsa.
- c) Apenas se for no sentido do seu agravamento.
- d) Apenas se for no sentido de as atenuar.

art. 67.º EOTOC

7 – O EOTOC não considera como motivo para procedimento disciplinar faltas cometidas sem intenção de prejudicar um terceiro.

- a) A afirmação é verdadeira.
- ☒ b) A afirmação é falsa.
- c) A afirmação só é verdadeira em determinadas circunstâncias.
- d) A afirmação só é falsa em determinadas circunstâncias.

Ha' procedimentos disciplinários independentemente de o ato ter ou não sido intencional

8 – A entidade ABC pretende apresentar queixa do TOC na OTOC.

- a) Tal não é possível pois os clientes não podem apresentar queixa do seu TOC na Ordem.
- b) A entidade só poderá apresentar queixa do TOC no Ministério Público.
- c) A entidade só poderá apresentar queixa do TOC na Polícia Judiciária.
- ☒ d) Todas as opções estão erradas.

art. 61.º n.º 4 EOTOC

141. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

9 - O Ministério Público é obrigado a comunicar à OTOC as faltas cometidas pelo TOC que sejam do seu conhecimento.

- ☒ a) A afirmação é verdadeira.
- b) A afirmação é falsa.
- c) Apenas se se tratar de motivo que dê lugar a processo penal.
- d) Apenas se e só se tratar de motivo que dê lugar a processo civil.

n:3 art:61 EOTOC

10 - O TOC Álvaro Viajante está a ser julgado em tribunal por crime cível, seguramente que:

- a) a OTOC irá proceder a inquérito disciplinar.
- b) será despachado acórdão de acusação pelo conselho disciplinar.
- c) será despachado acórdão de culpado pelo conselho disciplinar.

☒ d) Todas as respostas estão erradas.

n:3 art:59 EOTOC

11 - Um TOC cujo processo disciplinar tenha resultado em expulsão, obrigatoriamente, terá de responder em processo:

- a) criminal.
- b) civil.
- c) civil e criminal.

☒ d) Todas as afirmações estão erradas.

12 - Um TOC no âmbito de um processo disciplinar tem de nomear um advogado.

a) A afirmação é verdadeira.

b) A afirmação é falsa.

☒ c) Se assim o entender.

d) O EOTOC obriga no mínimo à nomeação de um solicitador.

art:77 n:2 EOTOC

13 – O TOC Pedro Primavera, durante o processo disciplinar a que estava a ser sujeito, resolveu cancelar a sua inscrição. Como consequência:

- a) suspende o processo disciplinar.
- b) tal é qualificável como circunstância atenuante.
- c) o processo decorre até ao fim mas a pena a aplicar será a expulsão.
- ☒ d) Todas as afirmações estão erradas.

14 – Estão estabelecidos no EOTOC prazos distintos na prescrição de procedimento disciplinar; caso o facto não constitua infração criminal, o prazo corresponde a:

- a) três anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido e um prazo de um mês a contar do conhecimento do facto. *art. 62 n.º 1 EOTOC*
- ☒ b) três anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido e um prazo de três meses a contar do conhecimento do facto.
- c) dois anos sobre a data em que o facto tiver sido cometido e um prazo de seis meses a contar do conhecimento do facto.
- d) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

15 – Finda a instrução do processo disciplinar, o relator:

- a) profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.
- b) profere despacho de acusação.
- c) emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo.
- ☒ d) profere despacho de acusação ou emite parecer fundamentado em que conclua no sentido do arquivamento do processo ou que este fique a aguardar a produção de melhor prova.

art. 74 n.º 1 EOTOC

Questões

(Indique a opção mais correta para cada questão)

1⁷⁶ - O contrato de prestação de serviços celebrado com os clientes:

- ☒ a) está sujeito a forma escrita. CD art. 9.º - n.º 1
- b) não é obrigatória a sua redução a escrito.
- c) só deverá ser feito por escrito se o cliente concordar. E. n.º 2 art. 7.º
- d) Nenhuma das anteriores.

2 - O TOC em regime de contrato de prestação de serviços:

- ☒ a) pode recusar-se a encerrar o período contabilístico de uma entidade cujo contrato foi rescindido em agosto.
- b) não pode em momento algum recusar-se a encerrar o período contabilístico.
- c) pode recusar-se a encerrar o período contabilístico desde que autorizado pelo presidente do conselho fiscal.
- d) Todas as opções estão erradas.

3⁷⁷ - No exercício das suas funções:

- ☒ a) e sem prejuízo do exclusivo de representação forense, os TOC têm o direito de proceder à entrega, nos serviços da AT, das declarações fiscais e outros documentos complementares ou conexos respeitantes às entidades a quem prestem serviços, podendo consultar os processos fiscais em que tenham tido intervenção e requerer certidões dos mesmos.
- b) os TOC apenas têm o direito de proceder à entrega, nos serviços da AT, das declarações fiscais e outros documentos complementares ou conexos respeitantes às entidades a quem prestem serviços.

76. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

77. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

- c) os TOC respeitantes às entidades a quem prestem serviços podem consultar os processos fiscais em que tenham tido intervenção e requerer certidões dos mesmos.
- d) os TOC, respeitantes às entidades a quem prestem serviços, têm a obrigação de proceder à entrega das declarações fiscais e parafiscais, bem como outras consideradas de natureza acessória.

4 - A OTOC pode autorizar o TOC a recusar-se a assinar:

- a) os documentos de prestação de contas, sob a sua responsabilidade.
- b) as declarações fiscais.
- ☒ c) Ambas as anteriores estão corretas.
- d) As alíneas a) e b) estão erradas.

5⁷⁸ - O TOC José Jaló, enquanto TOC, estabeleceu-se num novo domicílio profissional. Terá que comunicar tal ocorrência à Ordem?

- a) Não, só terá que comunicar a alteração do domicílio aos seus clientes.
- b) Não, pois apenas terá que reportar tal ocorrência à AT.
- ☒ c) Terá que comunicar tal alteração à Ordem no prazo de 30 dias.
- d) Nenhuma das afirmações anteriores está correta.

6⁷⁹ - O contribuinte João Vida Feliz, em 15 de dezembro de N, comunicou ao TOC que este cessava as suas funções como responsável pela execução da contabilidade, enquanto prestador de serviços. Perante o sucedido, estará o TOC obrigado a encerrar as contas relativas ao exercício fiscal de N?

- a) Não está obrigado, já que a iniciativa da rescisão foi do cliente.
- b) Deve aguardar pelo contacto do novo TOC para só então decidir se assume a responsabilidade pelo encerramento das contas.
- ☒ c) Deve encerrar as contas do exercício, salvo se, por motivo justificado e devidamente reconhecido, solicitar à Ordem autorização para se recusar a realizar tais operações.
- d) Nenhuma das anteriores.

78. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

79. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

7⁹⁰ – O conselho superior da OTOC tem competência legal para dispensar o TOC da obrigação de sigilo profissional?

- a) Sim, pois, enquanto associação pública que superintende em todos os aspetos relacionados com a profissão, compete à Ordem a dispensa de tal sigilo.
- b) É falso, pois tal decisão compete apenas ao cliente.
- ☒ c) É falso, pois o dever de sigilo só cessa com autorização do cliente ou por decisão judicial.
- d) Nenhuma das anteriores.

8⁸¹ – Os TOC, no exercício das suas funções, caso tenham conhecimento da prática de crimes públicos, devem:

- ☒ a) participar ao Ministério Público, através da Ordem, tais factos.
- b) apenas avisar o cliente que tomou conhecimento de tais factos.
- c) apenas renunciar aos respetivos serviços.
- d) Nenhuma das anteriores.

9⁸² – João Leal foi contactado para assumir funções como responsável por uma contabilidade, em substituição do colega José Descontente. O possível cliente alegou estar insatisfeito com a qualidade dos serviços prestados e nada dever ao TOC cessante. Perante o descrito, o TOC João Leal deve contactar:

- a) telefonicamente, o TOC cessante.
- b) por escrito, o TOC cessante, após aceitação das funções como TOC deste cliente.
- ☒ c) previamente, por escrito, o TOC cessante, a fim de dar cumprimento ao dever de lealdade.
- d) Nenhuma das anteriores.

80. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

81. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

82. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

10 - Não constituem formas de publicidade:

- a) a criação de uma página na *internet* com a divulgação dos dados profissionais do TOC.
- b) a compra de uma página de jornal para divulgação dos dados profissionais do TOC.
- c) o uso de tabuletas afixadas no exterior do escritório.
- ☒ d) Todas as anteriores.

11 - Os TOC:

- a) apenas são obrigados a cumprir com o EOTOC, porque é um DL.
- b) apenas são obrigados a cumprir com o EOTOC e o CDTOC porque estão plasmados em DL.
- ☒ c) são obrigados a cumprir com todos os regulamentos aplicáveis ao exercício profissional.
- d) Todas as opções anteriores estão erradas.

12⁸³ - Na angariação de clientela através da publicidade, os TOC:

- ☒ a) devem limitar-se a utilizar o seu nome ou denominação social e a sua qualificação.
- b) não têm qualquer limitação.
- c) devem limitar-se a utilizar o seu nome, o logótipo da Ordem, a sua qualificação, incluindo ainda, sem qualquer limitação, o seu currículo académico e profissional e os tipos de serviços que poderão prestar.
- d) Todas as anteriores.

83. Retirado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

13 - O TOC António Vila Formosa deslocou-se ao banco. Como tem muita pressa e estão várias pessoas à sua frente:

- a) pode alegar a sua qualidade de TOC para ser atendido preferencialmente.
- b) se se tratar de assuntos relativos a um cliente, pode alegar a sua qualidade de TOC e ser atendido preferencialmente.
- ☒ c) não pode, na qualidade de TOC, ser atendido preferencialmente.
- d) caso a OTOC tenha estabelecido um protocolo com aquela agência, pode ser atendido preferencialmente.

14 - Os TOC têm, relativamente a quem prestam serviços, os seguintes direitos:

- a) obter todos os documentos, informações e demais elementos de que necessitem para o exercício das suas funções.
- b) exigir a confirmação, por escrito, de qualquer instrução quando o considerem necessário.
- c) assegurar que todas as operações ocorridas estão devidamente suportadas e que foram integralmente transmitidas e receber pontualmente os salários ou honorários a que, nos termos da legislação laboral ou contratual, tenham direito.
- ☒ d) Todas as afirmações anteriores estão corretas.

15 - Os TOC têm, relativamente à Ordem, entre outros, os seguintes direitos:

- a) solicitar a emissão da respetiva cédula profissional, quando habilitados para tal, podendo esta, a pedido do TOC, conter suplementarmente uma designação profissional.
- b) recorrer à proteção da Ordem sempre que lhes sejam cerceados os seus direitos ou lhes sejam postos obstáculos impeditivos ao regular exercício das suas funções.
- c) beneficiar da assistência técnica e jurídica prestada pelos gabinetes especializados da Ordem.
- ☒ d) Todas as afirmações anteriores.

16⁸⁴ - Os TOC têm direito a atendimento preferencial:

- ☒ a) nos serviços da AT.
- b) nos serviços de registo e notariado.
- c) nos serviços da AT e registo comercial.
- d) nos serviços da AT e serviços bancários.

17 - São crimes públicos os que dependem de:

- a) queixa.
- b) acusação.
- ☒ c) denúncia.
- d) Todas as opções estão erradas.

18 - Os TOC estão obrigados a:

- a) possuir à entrada do escritório uma tabela de preços.
- b) possuir, arquivada, para efeitos de solicitação de ações de inspeção, uma tabela de preços.
- c) cumprir com os honorários mínimos.
- ☒ d) Todas as respostas estão erradas.

19 - O TOC Pedro Sucesso paga as quotas no final do quadrimestre. Este procedimento:

- a) viola o disposto no EOTOC.
- b) viola o disposto no CDTOC.
- c) viola o disposto no CDTOC e no EOTOC.
- ☒ d) não viola o disposto no EOTOC.

84. Adaptado da formação à distância da OTOC, 2012, junho.

20 - O TOC Branco Beleza paga as quotas no final do quadrimestre. Este procedimento:

- a) viola o disposto no EOTOC e tem acesso aos direitos previstos no Regulamento do Seguro da OTOC.
- b) viola o disposto no EOTOC e não tem acesso aos direitos previstos no Regulamento do Seguro da OTOC.
- ☒ c) não viola o disposto no CDTOC e no EOTOC.
- d) não viola o disposto no EOTOC.

21 - O TOC Paulo Bonacheirão desenvolve a sua atividade no âmbito de um contrato de trabalho. Em novembro, o seu contrato não foi renovado.

- a) Em janeiro, obrigatoriamente, deve deslocar-se à entidade para enviar a declaração de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) relativa ao 4.º trimestre da entidade.
- b) Ao longo de N+1 deve deslocar-se à entidade para proceder a todas as obrigações declarativas relativas ao ano civil anterior.
- ☒ c) Não é obrigado em N+1 a deslocar-se à entidade para proceder ao cumprimento das obrigações declarativas relativas a N.
- d) Todas as opções estão erradas.

22 - Um TOC não pode informar:

- a) um potencial cliente dos honorários que pratica.
- b) os amigos dos honorários que pratica.
- c) na página de *internet* os honorários que pratica.
- ☒ d) Todas as respostas anteriores.

23 - O TOC Francisco Gaspacho recebeu uma notificação da AT a solicitar um conjunto de informação relativa a um cliente, ao abrigo do dever de colaboração. O TOC deve de imediato informar:

- ☒ a) o cliente.
- b) o Ministério Público.
- c) a OTOC.
- d) o tribunal.

24 – O dever de colaboração:

- a) sobrepõe-se ao dever de confidencialidade.
- b) implica que se informe a AT relativamente a todos os aspetos exigidos por esta.
- c) implica que se forneça à AT todo e qualquer documento exigido por esta.
- ☒ d) Todas as respostas estão erradas.

25 – O não pagamento de IRC:

- a) é qualificável como crime público.
- ☒ b) não é qualificável como crime público.
- c) só é qualificável como crime público se exceder 180 dias após a data de vencimento.
- d) só é qualificável como crime público se exceder 190 dias após a data de vencimento.

26 – O não pagamento ao Estado de retenções a terceiros de IRS:

- ☒ a) é qualificável como crime público.
- b) não é qualificável como crime público.
- c) só é qualificável como crime público se exceder 190 dias após a data de vencimento.
- d) só é qualificável como crime público se exceder 250 dias após a data de vencimento.

27 – A cliente Anabela Falácia, passados 3 meses, ainda não tinha entregue nos cofres do Estado as retenções de IRS efetuadas aos colaboradores da entidade.

- a) O TOC deve denunciar tal facto ao Ministério Público.
- b) O TOC deve denunciar tal facto ao Ministério Público através da OTOC.
- ☒ c) O TOC, desde que tenha enviado a respetiva declaração de retenção nos prazos exigíveis por lei, não tem que fazer mais nada.
- d) Todas as respostas estão erradas.

28 – A participação em eventos da iniciativa da OTOC:

- ☒ a) é um bom exemplo de participação que prestigia a classe e a Ordem.
- b) apenas é um bom exemplo de participação que prestigia a OTOC e a classe se forem internacionais.
- c) apenas é um bom exemplo de participação que prestigia a OTOC se forem nacionais.
- d) Todas as respostas estão erradas.

29⁸⁵ – Atendendo ao princípio da colaboração, os serviços da inspeção tributária podem dispensar o TOC do dever de segredo profissional a que está obrigado. Esta afirmação é:

- a) verdadeira, nos termos definidos pelo EOTOC.
- b) falsa, porque não é legalmente admissível a derrogação do sigilo profissional.
- c) falsa, porque o conselho diretivo da OTOC pode derrogar o dever de segredo profissional.
- ☒ d) falsa, pois apenas os tribunais ou as próprias entidades objeto da inspeção podem dispensar o TOC do dever do segredo profissional.

30 – O José Gabarola veste-se de forma pouco apropriada no local de trabalho.

- a) A entidade patronal pode legitimamente, alegando que o TOC não cumpre com o disposto no EOTOC, rescindir o contrato de trabalho.
- b) Neste caso, deve a entidade patronal fazer queixa à OTOC.
- c) Neste caso, há matéria para procedimento disciplinar.
- ☒ d) Todas as respostas estão erradas.

85. Retirado do exame da OTOC, fevereiro, 2013.

31 - O conselho diretivo, no âmbito das suas competências, aprova diversos regulamentos.

- a) O TOC não tem a obrigação de os cumprir.
- ☒ b) O TOC tem de os cumprir.
- c) A obrigatoriedade do seu cumprimento depende da natureza do regulamento.
- d) Todas as respostas estão erradas.

32 - O TOC Zé Zimbreiro trabalha como profissional liberal. A sua carteira de clientes é constituída apenas por entidades enquadradas na NC-ME. Um dos seus clientes tem de passar a aplicar a NCRF-PE, porque ultrapassou os limites permitidos. Zé Zimbreiro apenas tem feito formação, contabilística e fiscal, relacionada com microentidades. Face a esta informação, o Zé Zimbreiro deve:

- a) continuar a ser o TOC dessa entidade.
- b) pedir ao cliente que procure outro TOC.
- ☒ c) continuar com o cliente apenas se e só se tiver capacidade profissional bastante para as novas exigências contabilísticas inerentes à mudança do normativo contabilístico.
- d) Todas as respostas estão erradas.

33 - Um TOC, no âmbito de um processo disciplinar, teve como pena uma advertência. Foi convidado para integrar a lista de candidatura como vice-presidente passados 6 anos após o término do processo disciplinar.

- ☒ a) O TOC não está impedido de integrar a lista de candidatura.
- b) O TOC está impedido de integrar a lista de candidatura.
- c) A decisão de poder ou não integrar a lista de candidatura cabe ao presidente da assembleia geral.
- d) Todas as respostas estão erradas.

34 - Ao TOC José Soneca, no âmbito de um processo disciplinar, foi aplicada como pena uma multa. Pode votar nas eleições?

- ☒ a) O TOC não está impedido de votar.
- b) O TOC está impedido de votar.
- c) A decisão de poder ou não votar cabe ao presidente da assembleia geral.
- d) Todas as respostas estão erradas.

35 - A informação económica ou financeira da OTOC:

- a) é estritamente confidencial.
- b) é acessível a qualquer TOC quando este o entenda.
- c) apenas os membros que integram os órgãos sociais podem ter conhecimento das demonstrações financeiras.
- ☒ d) Todas as respostas estão erradas.

36 - Um empresário em nome individual pretende passar a prestar, conjuntamente com a atividade que desenvolve, a atividade de "serviços de contabilidade" e para esse efeito contratou um TOC. Entretanto, convenceu o seu amigo Xavier Justo a ficar como cliente, contratando com este o respetivo serviço.

- a) O contrato estabelecido entre Xavier Justo e o empresário é válido.
- ☒ b) O contrato estabelecido entre Xavier Justo e o empresário não é válido.
- c) A validade deste contrato é determinada pelo conselho diretivo da Ordem.
- d) A validade deste contrato é determinada pelo conselho fiscal da Ordem.

37 - O TOC Felisberto Gonçalves não consegue que o cliente lhe faculte os extratos bancários.

- ☒ a) Pode solicitar ao banco os respetivos documentos.
- b) Deve de imediato rescindir o contrato com o cliente.
- c) Deve evidenciar no anexo que a informação relativa a bancos não está conferida por motivos imputáveis ao cliente.
- d) Deve pedir ao conselho diretivo da OTOC que solicite junto do Banco de Portugal os extratos bancários do seu cliente.

38 - Um TOC pode exigir:

- a) pagamentos, a título de provisão, por despesas por conta do cliente.
- b) pagamentos, a título de provisão, por conta de honorários.
- c) apenas pagamentos a título de provisão se o conselho diretivo permitir.
- ☒ d) pagamentos a título de provisão nas situações identificadas em a) e b).

39 - Um contrato:

- a) de trabalho é obrigatório ser reduzido a escrito.
- b) de trabalho, entre dois TOC, é obrigatório ser reduzido a escrito.
- c) de prestação de serviços é obrigatório ser reduzido a escrito.
- ☒ d) Todas as respostas estão erradas.

40 - Como princípio geral, o TOC:

- a) pode fazer publicidade.
- ☒ b) não pode fazer publicidade.
- c) apenas pode fazer publicidade depois de informar o conselho diretivo e este deferir o pedido.
- d) apenas pode fazer publicidade depois de informar o conselho disciplinar e este deferir o pedido.

41 - Os deveres do TOC são relativos, nomeadamente:

- a) à OTOC.
- b) a clientes.
- c) a colegas.
- ☒ d) Todas as anteriores.

Questões

(Indique a opção mais correta para cada questão)

1 – O RGIT responsabiliza os:

- a) TOC.
- ☒ b) TOC e os gerentes.
- c) ROC.
- d) TOC e os advogados.

art 8º RGIT

2 – O RGIT determina que o TOC comunique no prazo de:

- ☒ a) 30 trinta dias, após o termo do prazo de entrega da declaração, à AT, as razões que impediram o cumprimento atempado da obrigação.
- b) 60 trinta dias, após o termo do prazo de entrega da declaração, à AT, as razões que impediram o cumprimento atempado da obrigação.
- c) 90 trinta dias, após o termo do prazo de entrega da declaração, à AT, as razões que impediram o cumprimento atempado da obrigação.
- d) Todas as afirmações estão erradas.

3¹⁴³ – Se o TOC entregar as declarações fiscais fora do prazo, por motivo imputável ao seu cliente, deve:

- a) avisar o cliente que não teve qualquer culpa.
- ☒ b) informar a AT das razões que impediram o cumprimento atempado da obrigação e o atraso ou a falta de entrega não lhes seja imputável a qualquer título.
- c) denunciar a ocorrência ao Ministério Público.
- d) Nenhuma das anteriores.

143. Adaptado da formação à distância da OTOC, junho, 2012.

CD TOC art. 3º
art. 8º RGIT

4 - O TOC é responsável pelas multas e coimas dos seus clientes:

- ☒ a) sempre que se deva a um erro seu.
- b) quando a OTOC obriga o TOC a assumir essas multas ou coimas.
- c) quando a AT assim o determine.
- d) sempre que os clientes não tiverem possibilidades económicas de liquidar essas importâncias.

5 - O TOC é responsável subsidiariamente pelas dívidas fiscais do seu cliente.

- a) A afirmação é verdadeira.
- ☒ b) Depende da comprovada insuficiência de bens do cliente e da violação pelo TOC dos deveres de assunção da responsabilidade pela regularidade técnica nas áreas contabilística e fiscal.
- c) Depende da comprovada insuficiência de bens do cliente.
- d) Nenhuma das anteriores.

art. 24º n.º 3
LGT

6 - Se a gerência/administração da entidade pela qual assumiu as funções de TOC solicitar que não proceda ao envio da IES, o TOC:

- a) não deve enviar.
- b) deve enviar, pois é a sua responsabilidade.
- c) deve informar a gerência/administração das implicações legais do não envio da IES e não enviar.
- ☒ d) deve informar a gerência/administração das implicações legais do não envio da IES e não enviar conforme instruções dadas pelo cliente e proceder nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do RGIT.

art. 11º
CD O TOC
art. 8º n.º 3 RGIT

7 - A LGT estabelece que para a responsabilidade subsidiária do TOC é necessária a demonstração de violação dolosa dos seus deveres.

- a) A afirmação é verdadeira.
- ☒ b) A afirmação é falsa.
- c) A afirmação só é verdadeira em determinadas circunstâncias.
- d) A afirmação só é falsa em determinadas circunstâncias.

Basta a prova dos
indeferimentos
do TOC

8 - Compete ao TOC provar, no âmbito do artigo 24.º da LGT, que cumpriu com todos os seus deveres.

- a) A afirmação é falsa.
- b) A afirmação é verdadeira.
- c) A afirmação é falsa em algumas circunstâncias.
- d) A afirmação é verdadeira em algumas circunstâncias.

cele = AT
o ônus da
prova

9 - O TOC deve comunicar à AT que:

- a) o cliente não paga os impostos.
- b) o cliente está sem dinheiro para pagar os impostos.
- c) não pode cumprir com as suas obrigações declarativas por falta de informação para o correto preenchimento das mesmas.
- d) Todas as afirmações estão erradas.

art 8.º Abit
n.º 3

10 - No âmbito de uma ação inspetiva, a AT detetou que o TOC não comunicou ao Ministério Público, através da OTOC, um crime fiscal cometido pelo sujeito passivo alvo da inspeção. O TOC:

- a) não é obrigado a comunicar todos os crimes fiscais cometidos pelo cliente.
- b) é obrigado a comunicar todos os crimes fiscais cometidos pelo cliente.
- c) só tem de comunicar os crimes fiscais que sejam qualificáveis como crime público.
- d) Todas as afirmações estão erradas.

art 58.º EOTC



